



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 62

SEXTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 71.^a SESSÃO, EM 3 DE AGOSTO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Comunicação

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que se ausentará dos trabalhos da Casa para breve viagem ao exterior.

2.2 — Discursos do expediente

SENADOR FRANCO MONTORO — Elaboração pelo MDB de estudo sobre a má redistribuição da renda nacional. Medidas governamentais que estariam concorrendo para a injusta redivisão da renda.

SENADOR JOÃO CLEOFAS — Manifestação de aplauso à deliberação da diretoria do Banco Nacional do Norte, Estado de Pernambuco, contrariamente à fusão ou venda desse estabelecimento bancário.

SENADOR FLÁVIO BRITTO — Tabelamento fixado pela SUNAB no preço de distribuição de produtos agropecuários como desestímulo ao produtor rural.

2.3 — Comunicações da Liderança da ARENA

Substituições de membros nas Comissões Mistas incumbidas de emitirem pareceres sobre as Mensagens Presidenciais n.ºs 40 e 41/72-CN.

2.4 — Requerimento

N.º 87/72, apresentado pelo Sr. Senador João Calmon, solicitando a designação de uma Comissão Externa a fim de representar o Senado no Congresso de Prefeitos a ser realizado na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, de 7 a 12 do corrente mês.

3 — ORDEM DO DIA

Requerimento n.º 31, de 1972, de autoria do Senador Ney Braga, solicitando a transcrição nos Anais do Senado,

do discurso do Exm.º Sr. Ministro Júlio Barata, de exaltação a Tiradentes, proferido em Ouro Preto, em 21 de abril do corrente ano. **Aprovado.**

Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1972 (n.º 55-B/72, na Câmara), que aprova o Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília a 1.º de dezembro de 1971. **Aprovado, à Comissão de Redação.**

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR NELSON CARNEIRO — I Encontro Nacional das Classes Empresariais para Estudo do Problema do Menor Abandonado.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Assinatura do convênio entre o Governo do Estado de Goiás e o Plano Nacional de Saneamento.

5 — Comunicação da Presidência

Convite do Governador do Distrito Federal para que os Senhores Senadores compareçam à cerimônia de recepção dos restos mortais de Sua Majestade Imperial D. Pedro I, a realizar-se amanhã, às 11:30 horas, no Palácio Buriti.

6 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão. Encerramento.

7 — Transcrição

Discurso do Exm.º Sr. Ministro Júlio Barata, de exaltação a Tiradentes, proferido em Ouro Preto, em 21 de abril do corrente ano.

8 — Convocação de reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar.

9 — Composição das Comissões Permanentes.

ATA DA 71.^a SESSÃO EM 3 DE AGOSTO DE 1972

2.^a Sessão Legislativa Ordinária da 7.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José

Lindoso — José Esteves — Catterino Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — Petronio Portella — Dinarte Mariz

— Duarte Filho — Jessé Freire — Ruy Carneiro — João Cleofas — Luiz Cavalcante — Leandro Maciel — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — João Cal-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

mon — Paulo Tôres — Vasconcelos Torres — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Filinto Müller — Accioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarar aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Senado Federal, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea "a", do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa a partir do dia 11 do corrente, para breve viagem ao estrangeiro.

Atenciosas saudações. — **Vasconcelos Torres.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, que falará em nome da Liderança da Minoria, conforme requerimento.

O SR. FRANCO MONTORO PRONUNCIAM DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Cleofas.

O SR. JOÃO CLEOFAS — (Pronuncia o seguinte discurso) Sr. Presidente, creio ser de toda oportunidade proceder, nesta tribuna, ao registro de um acontecimento de repercussão direta sobre a economia de Pernambuco e de todo o Nordeste, e bem assim assinalar a conduta do estabelecimento bancário do meu Estado que preferiu continuar a manter uma tradição de esforço próprio e perseverante, dentro, portanto, das tradições criadas nos meios empresariais pernambucanos.

Sr. Presidente, quem vem acompanhando a vida econômica do País e especialmente do Nordeste, verifica, com toda a facilidade, que Pernambuco sempre foi um centro de distribuição comercial e de concentração de capital daquela região. Bem me recordo que, na praça de Recife, se constituía um pólo de distribuição para todo o Nordeste e até para o Norte do País, e ali existia uma grande rede bancária. Hoje, Sr. Presidente, pode-se assinalar, com melancolia, que todos os Bancos sediados em Pernambuco foram já adquiridos por estabelecimentos sediados em outros Estados. Assim, foram vendidos o Banco Auxiliar do Comércio, o Banco do Povo, o Banco Mercantil de Pernambuco e o Banco Real, para citar os principais. Apenas um, o Banco Nacional do Norte, ainda não aceitou aderir a uma operação de fusão ou de venda. Agora mesmo, segundo informações, a sua Diretoria manifestou-se contrária ao princípio de fusão ou de venda, o que equivaleria a dizer que se extinguiria de vez, no Recife, qualquer estabelecimento bancário criado e em funcionamento.

Desejo, por isso, Sr. Presidente, juntar minhas congratulações às das classes empresariais de Pernambuco, quando manifestaram solidariedade à direção do Banco Nacional do Norte

à época em que resolveu permanecer como entidade autônoma regional, mas voltada igualmente para os altos interesses nacionais. É de todo oportuno, Sr. Presidente, este modesto pronunciamento, porque, nestes últimos dias, Pernambuco viu desaparecer dois tradicionais estabelecimentos bancários ali sediados: o primeiro, o Banco do Comércio e Indústria de Pernambuco, adquirido pelo Banco Econômico da Bahia, o segundo, o Banco Industrial de Campina Grande, cuja rede bancária e empresarial praticamente é sediada em Recife, foi incorporada ao Banco Mercantil Mineiro.

O Sr. Jorge Batista da Silva, Presidente do Banco Nacional do Norte, em face dos rumores crescentes e generalizados que havia também resolvido desfazer-se, pelo seu grupo, do último estabelecimento bancário ali existente, prestou declarações, que me permito aqui transcrever, que mereceram o apoio empresarial pernambucano. Disse ele que

preferia conservar a sua empresa com a personalidade do grupo, atingindo os mesmos objetivos de economia de escala, modernização de métodos, redução dos custos operacionais e renovação técnica.

Certamente, com maiores dificuldades mas com perseverança e obstinação que caracterizam a personalidade do pernambucano.

Acrescentou:

— Estamos convictos — afirmou — de que atingiremos, como atingimos até hoje, um crescimento continuado, sem aderir, necessariamente, à prática da fusão. Sabemos, inclusive, que se criou um ambiente de tal entusiasmo em torno das fusões que o simples fato de não crescermos através

delas, pode nos custar a imagem de conservadores. Mas não tememos o nome. Conservadores. Mas não estáticos.

O Sistema Financeiro Banorte é o único sistema financeiro do Norte e Nordeste, com autonomia. Sua decisão de permanecer conservador foi tomada através de "uma posição de política empresarial, medida e pesada e que ainda nada tem de condenatória ou conflitante com a prática de fusões. Apenas adotamos o nosso caminho em busca dos mesmos objetivos" — concluiu o presidente do Banorte.

Sr. Presidente, era esse o registro que me permitiu a fazer.

Na verdade, Pernambuco, hoje, está servido por uma grande rede bancária, agências de bancos que têm suas matrizes no sul do País. Mas estudos ali realizados têm concluído que as aplicações das referidas agências são inferiores aos depósitos captados. É um sistema de esgotamento econômico daquela região que merece ser examinado com consideração e atenção pelos Poderes públicos. Estou certo de que o eminente Sr. Ministro da Fazenda há de voltar sua esclarecida atenção para assuntos dessa natureza.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, ao juntar minhas congratulações àquelas que foram dirigidas pelos empresários do meu Estado. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Britto.

O SR. FLÁVIO BRITTO — (Pro-nuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, na Capital da Argentina, Buenos Aires, nos dias 25 e 26 de julho último, realizaram-se reuniões do grupo de assessoramento da carne para a ALALC, quando tivemos oportunidade de verificar a política econômica desse setor da pecuária, a carne, produto n.º 1 da Argentina, do Uruguai e também de uma grande parte da Colômbia.

A Argentina, para refazer o seu rebanho bovino, está controlando o consumo da carne. Consome-se carne durante 8 dias, e passam-se 15 dias sem carne bovina.

O Uruguai, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegou a suspender por 180 dias o consumo do produto, e a Colômbia suspendeu-o por 120 dias. Hoje, o atual Presidente da Argentina e seus assessores reconhecem que governos passados daquela República, por demagogia, desejaram e fizeram,

através de uma política errada, o controle do produto.

O fato é que esses países estavam deixando de exportar para todo o Mercado Comum Europeu.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que chegamos aqui apreensivos. Os Governos anteriores a 1964, também quiseram fazer demagogia em cima dos produtos agropecuários. No entanto, afirmo e reafirmo que, como na República argentina e na República uruguaia, também no Brasil, a agropecuária ainda é responsável, em 70%, pela política econômica dos dólares que entram no país, e os governantes de antes de 64 tabelaram as passagens nas estradas de ferro, nas barcas que faziam o transporte Rio—Niterói, tabelaram o açúcar, o café, os produtos hortigranjeiros. Acontecia que estávamos quase caindo num abismo e fomos salvos por esses grandes brasileiros que em 1964 assumiram a responsabilidade dos destinos do País. País agrícola por excelência, queira Deus que nos seja permitido um dia ser um grande país industrial! Será naturalmente às custas da agricultura.

Os governantes de 1964 para cá, com grande coragem, enfrentaram os demagogos, enfrentaram uma imprensa que, apesar de me merecer o maior respeito, divulga, muitas vezes, inverdades, criando uma imagem do empresário rural como sendo o homem que procura por todos os meios o sacrifício do consumidor, quando na Argentina, há poucos dias, observei o respeito que tem o povo, bem como as autoridades, pelo empresário rural, porque sabem que esses homens são os que fazem a riqueza e dão condições para o desenvolvimento daquele País.

No nosso caso, esses preços foram liberados depois de 1964. O Governo teve a coragem de dizer que os preços dos trens de subúrbio das grandes capitais, como São Paulo e Guanabara, eram fictícios, eram demagógicos; que o preço do leite e da carne, o preço dos produtos agrícolas e hortícolas eram também preços demagógicos, liberando-os. Isso encorajou o homem rural, o empresário rural, que confiou, como confia, nos dirigentes atuais.

Mas, Sr. Presidente, a nossa preocupação é quando vem o Governo, esse Governo cujas atitudes todos os brasileiros aplaudem, estimular-nos a que elaborem projetos agropecuários para a SUDAM e SUDENE. Esse Governo nos tem dado crédito, um crédito que nós da lavoura nunca possuímos, através dos estabelecimentos creditícios e, agora, pelo PROTERRA.

Mas agora, Sr. Presidente, vem esse famigerado órgão, que é a SUNAB, não sei baseado em que estatísticas, a tabelar primeiramente o café. E um

dos argumentos mais infantis que usa é que há especulação no preço do produto, tabelamento no centro consumidor, tabelamento nas torrefações. Mas se há um tabelamento no fim, na comercialização, evidentemente que isso vem desestimular o produtor, porque o Governo está dando novas condições de produzir café, está concedendo financiamento, sem juros, para adubos, inseticidas, e ainda ajuda ao plantio.

Sr. Presidente, qual a confiança e a garantia que podemos ter, se sabemos que o preço no varejo é tabelado e nós, conscientes com a nossa obrigação de produzir cada vez mais, neste País, nos interessamos também pelo mercado interno, porque sabemos quanto vale para o produtor brasileiro a garantia de seus produtos nesse mercado.

Vem a SUNAB e diz que há especulação no preço do café. Não pode ter havido especulação. O que houve foi uma geada e por essa geada o mercado exterior automaticamente elevou os preços, sobretudo em Londres e Nova Iorque. Não foi o produtor que promoveu a alta dos preços.

Está visto, Sr. Presidente, que apesar de todo o chamamento para novos plantios, os produtores, meus colegas e de muitos senadores de estados cafeeiros, não estão entusiasmados, não estão aceitando o oferecimento de verbas destinadas para novos plantios.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO — Com prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — Senador Flávio Britto, ouço, com atenção muito especial, o magnífico discurso que V. Ex.^a está pronunciando, o qual contém toda uma gama de verdades a respeito da nossa produção. Quero, no entanto, fazer uma pequena retificação. O dinheiro que o Governo está dando, para o plantio de café, paga juros de 3% ao ano. V. Ex.^a disse que não paga praticamente nada. Mas, pela lei, paga 3%. Em Mato Grosso, posso trazer a notícia de que estão plantando 20 milhões de pés de café. Voltemos, porém, ao problema que diz mais de perto à minha zona de Campo Grande, o dos frigoríficos. O Governo, no PRODOESTE, está dando verbas para construir cinco frigoríficos: um, em Aquidauana, um na zona Miranda—Corumbá, um em Rondonópolis, um na zona do Araguaia e um em Amambai, perto da fronteira de S. Paulo. Mas, quero dar também uma notícia que ontem soube em Campo Grande, depois confirmada por uma alta autoridade federal: o Sr. Bourdon, que tem um frigorífico em Anápolis, juntamente com um grande fazendeiro, homem de primeira ordem — o Sr. Etalívio Pereira —, está tratando de construir outro frigorífico,

com os seus próprios capitais, em Rio Brilhante. De maneira que esta é uma notícia alvissareira. Mas se a carne está sendo aviltada por esse Juízo da SUNAB e de outros órgãos do Governo, pelo tabelamento exagerado, não há dúvida nenhuma de que, hoje, só ganha dinheiro, com o produto, o exportador. V. Ex.^a sabe e conhece, melhor do que eu, esse assunto.

O SR. FLÁVIO BRITTO — Agradeço o aparte do meu eminente colega, Senador Fernando Corrêa, que pela sua experiência de governante do seu Estado e grande empresário rural tem autoridade para fazer essas afirmações.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não estou contestando e jamais contestaria os benefícios que os Governos, de 64 para cá, têm proporcionado à minha classe. Reconheço o crédito rural, os juros são realmente baixos e nos dão condições para isso. Mas a preocupação da minha classe, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que o produtor, o pecuarista, está realmente fora do tabelamento. O tabelamento foi feito no final da comercialização, ou seja, no distribuidor, e se este tabelamento é feito no distribuidor, é lógico que nós, que produzimos, que não temos a estrutura de frigorífico e nem de comercialização a varejo, somos os mais prejudicados: vindo pela escala, o varejista alega que não pode comprar do frigorífico; o frigorífico alega que não pode pagar o preço justo do produtor, então impõe ao produtor o preço que ele deseja pagar.

Com isto, Sr. Presidente, repito, não estamos censurando o Governo; estamos colaborando. Todos os Senhores sabem que esses tabelamentos são praticamente fictícios, porque quem tem poder aquisitivo para comprar não vai ao açougue, não vai ao setor de distribuição; pede que mandem o produto às suas residências ou aos seus restaurantes e cobrem o preço que quiser. E o lavrador, o produtor, esse foi furtado. Os órgãos procuraram dar essa estrutura, alegando que seria para amparar o consumidor. Mas todos nós sabemos, Sr. Presidente, que há muitas crianças no Rio de Janeiro e em São Paulo, e em outras capitais, que não tomam leite de espécie alguma! E da classe média para cima, nas geladeiras desses felizardos sempre se encontram umas dezenas de litros de leite para desintoxicá-los das noitadas nas "boites" caras do Rio e de São Paulo.

É muito comum o ataque a fazendeiros, a cafeicultores, a produtores de algodão, enfim a esses brasileiros que só têm uma preocupação nesse País, que é a de produzir para manter a paz contínua de quantos dela precisam. São atacados muitas vezes com palavras que não quero pronunciar e não devo pronunciar pelo respeito que eu tenho aos meus colegas. A maioria

diz que todo produtor de leite, todo produtor de café, todo produtor de carne é bilionário. Mas desconhece o que é a vida de um homem que vive no campo, o mourear, o ter que ordenhar, para mandar para a cidade, o leite para os felizardos receberem nos 10.^{os} andares dos edifícios, sem o menor conhecimento do quanto aquilo custou.

O mais grave, Sr. Presidente, é como vamos ficar nós, em face dessa corajosa demonstração do Governo da Revolução que liberou os nossos produtos.

Nós, que fizemos novos investimentos para ter maior produtividade e melhorarmos, em todos os setores e principalmente no setor da carne, sabemos do empenho e da luta do grande Ministro da Agricultura, o nosso companheiro Cirne Lima, para que não faltasse carne no mercado interno, garantindo os estoques com uma única preocupação: a de não desestimular os pecuaristas.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.^a focaliza, com a habitual proficiência e conhecimento de causa, vários aspectos da agricultura e da pecuária nacionais. V. Ex.^a falou no drama dos que se dedicam ao café, à carne, ao leite e disse, a certa altura, que o lavrador foi furtado. Não é isto que me surpreende. O que me surpreende — e estou com V. Ex.^a, porque, ao menos, furtado na esperança de uma retribuição justa aos seus produtos ele foi — é que V. Ex.^a se referiu, no início de seu discurso, com palavras que não quero contestar, à famigerada SUNAB. Essa expressão "famigerada SUNAB" nos bons léxicos quer dizer "a famosa SUNAB", e talvez não tenha sido essa a intenção mas sim a daquela outra interpretação pejorativa de famigerada: a destruidora, a temível, a criminosa SUNAB. Acredito que o nobre Senador Filinto Müller não vá determinar nenhum Vice-Líder para responder ao discurso de crítica que V. Ex.^a faz. Por isso, quero registrar que não é só a Oposição que faz críticas ao Governo. V. Ex.^a aí está, em meio a elogios ao Sr. Ministro da Agricultura e a providências do Governo da Revolução, fazendo crítica severa, real, efetiva, segura, eficiente, a um organismo do Governo — a famigerada SUNAB. Espero que V. Ex.^a e eu tenhamos o prazer de, muito em breve, congratular-nos com o Senado Federal, com os cafeicultores, com os que se dedicam ao amanho da terra, aos que se dedicam ao trabalho dos campos, dos pecuaristas, para que os erros dessa famigerada SUNAB sejam corrigidos pelo ilustre Sr. Ministro da Agricultura e pelo Chefe do Governo Revolucionário. Essa a mi-

nha esperança, pensando que V. Ex.^a traz uma contribuição valiosa a um aspecto real e oportuno da vida brasileira; — o clamor que V. Ex.^a traz, não é só da sua região, mas de todas as regiões do País, que vivem principalmente do amanho da terra, dedicados à agricultura e à pecuária.

O Sr. Filinto Müller — Antes de responder, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO — Com prazer.

O Sr. Filinto Müller — Quero somente acentuar aqui um aspecto. O Senador Nelson Carneiro parece que estranhou pela circunstância de eu haver declarado que incumbira o Senador Arnon de Mello de estudar o problema de desenvolvimento para defender aqui o Governo, e o Senador Benedito Ferreira para responder aos números apontados pelo Senador Franco Montoro. Quero dizer, a propósito dessa observação feita por S. Ex.^a, que jamais qualquer Senador da minha Bancada sofreu a mínima restrição no direito de exercício do seu mandato. Todos são livres de criticar o Governo, de apontar falhas, porque essa crítica, nos termos elevados que V. Ex.^a acaba de fazer, essa crítica é construtiva. Aqui, repito, nenhum Senador da minha Bancada jamais recebeu qualquer insinuação para orientar sua manifestação nesse ou naquele sentido. Todos manifestam livremente seu pensamento.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex.^a ainda uma intervenção?

O SR. FLÁVIO BRITTO — Pois não.

O Sr. Nelson Carneiro — Em ano e meio que tenho a honra de pertencer a esta Casa, nunca tive qualquer notícia em contrário. Sempre vi no Líder Filinto Müller um homem aberto à contribuição e à crítica dos seus correligionários. Minha intervenção foi apenas para assinalar que não somos só nós os que criticamos o Governo. Os erros existem. Não somos nós os criadores desses erros. Eles existem e são trazidos aqui por muitos dos ilustres representantes da Maloria. Vimos no problema do Nordeste, as palavras candentes dos Senadores Paulo Guerra, João Cleofas, Arnon de Mello, Dinarte Mariz e outros brilhantes Senadores. Agora vemos V. Ex.^a, Senador Flávio Britto, como representante de uma grande parcela da produtividade nacional, trazer contribuição valiosa na forma de crítica. Essa crítica, nós a aceitamos, passa a ser também da Oposição. Apenas há esta diferença: V. Ex.^a formula críticas...

O Sr. Fernando Corrêa — Nossa crítica é construtiva.

O Sr. Nelson Carneiro — E a nossa não é para destruir. Estamos aqui para construir um mesmo Brasil. Se fizéssemos o mesmo discurso, aí, sim,

seria destrutivo. Dito pelo nobre Senador Flávio Britto, é crítica construtiva. Depende de quem produz e não do que é dito. É o que quero acentuar. A crítica existe, e algumas são muito mais candentes do que as proferidas pela Oposição.

O Sr. Fernando Corrêa — Não temos a pretensão de que o Governo seja absolutamente perfeito. Ou V. Ex.^a acredita que, se fosse um Governo do MDB, seria absolutamente perfeito?

O Sr. Nelson Carneiro — Acredito que não haveria um Governo do MDB. Haveria, sim, um Governo de todos nós, porque, se por acaso chegassemos ao Governo, não seríamos tão ciosos dessa possibilidade que não a dividissemos com os bravos companheiros da ARENA. De qualquer forma, nobre Senador, quero congratular-me com V. Ex.^a pelo seu discurso, esperando que essa famigerada SUNAB seja punida pelos órgãos superiores do Governo.

O SR. FLÁVIO BRITTO — Agradeço o aparte do eminente colega Nelson Carneiro.

No início de meu pronunciamento, disse, e deve estar registrado pela taquigrafia, que os Governos da Revolução tiveram a coragem de enfrentar os demagogos dos governos passados, para que nossos produtos não fossem vendidos a preços demagógicos. E dizendo isto, ...

O Sr. Nelson Carneiro — Não atinja o MDB.

O SR. FLÁVIO BRITTO — ... meus caros companheiros e colega Nelson Carneiro, firmei bem minha posição de não criticar o Governo a que pertencio. Realmente afirmei que reconhecemos que nunca a agropecuária brasileira teve tanto amparo como nos governos de 1964 para cá. No entanto, nem o Sr. Presidente da República, nem o Sr. Ministro da Agricultura, nem o Sr. Ministro da Fazenda podem ser os responsáveis pelo estudo levado ou apresentado pelo dirigente da SUNAB.

Quando ocupei este microfone, o fiz a título de colaboração. O próprio Ministro da Agricultura, há três dias, afirmou, e é verdade, pois as estatísticas da nossa Confederação o confirmam, que a agropecuária brasileira cresceu 20%. Se meus companheiros empresários rurais cresceram 20% em sua produção é porque acreditam neste Governo, é porque têm certeza do apoio deste Governo, tanto que o Governo baixou, numa porção bem elevada, os juros para a agricultura.

Sr. Presidente, quando declarei que não era cobrado juro, referia-me a inseticidas e a adubos que os cafeicultores podem comprar, porque isentos de juros.

O Sr. Fernando Corrêa — Havia entendido que a isenção dos juros seria apenas para o plantio.

O SR. FLÁVIO BRITTO — Não, para o plantio o Governo cobra juros, no que faz muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Senador do Partido do Governo, jamais ocuparia esta tribuna para criticar este Governo de quem minha classe tem recebido todo apoio. Minha permanência nesta tribuna é para fazer um apelo ao Governo. Desde o dia em que assumiu a Chefia da Nação, Sua Excelência o Senhor Presidente da República está cumprindo uma das metas do seu Governo — a agricultura brasileira. Tudo tem sido feito em benefício da agricultura brasileira, quer a patronal, quer a empregatícia.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO — Com muito prazer.

O Sr. José Lindoso — Desejo congratular-me com V. Ex.^a pelo seu discurso. É tradição aqui — como a palavra do nosso eminente Líder deixou bem claro — a posição de que os problemas regionais e setoriais são sempre objeto dos apelos, das discussões, das críticas construtivas. E todos nós temos liberdade de formulá-las. É importante que assim se proceda, porque, rum país-continente como o nosso, com a diversificação de problemas, com realidades econômicas tão diferentes, é necessário que todos dêem honestamente sua contribuição para o estudo dessa problemática, a fim de que o Governo busque sempre acertar, como é seu desejo, seu empenho maior. Trazendo o problema da área agrícola, vinculado a ela como está, na qualidade de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura — entidade que tem merecido de V. Ex.^a o devotamento da sua inteligência e da sua capacidade de trabalho — V. Ex.^a traz uma contribuição às autoridades, para que as distorções sejam corrigidas, para que se possa conciliar, em termos corretos, os interesses do produtor da área agrícola com os dos consumidores. Dentro dessas perspectivas sérias, corretas, construtivas louvo o discurso de V. Ex.^a e me associo inteiramente às preocupações do nobre colega, compreendendo que o Governo certamente procurará ouvi-las, procurará sopesá-las, com o objetivo de, considerando os interesses da área agrícola e os da área dos consumidores urbanos, dar a solução justa, eliminando distorções possíveis, dentro do complexo da nossa economia e das dificuldades de se governar um País tão imenso e tão cheio de potencialidades e de esperanças como o nosso.

O SR. FLÁVIO BRITTO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A Presidência lembra ao nobre orador que, regimentalmente, seu tempo está esgotado.

O SR. FLÁVIO BRITTO — Estou terminando, Sr. Presidente.

E assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como já disse o meu companheiro de Bancada e de Estado, Senador José Lindoso, não era mais necessário eu reafirmar o que foi dito pelo meu eminente colega, que muito me honrou e enriqueceu o meu pronunciamento.

Mas não poderia deixar esta tribuna sem fazer justiça ao meu Líder que, sabendo da minha condição de responsável por uma classe, nunca, ele nem seus Vice-Líderes, procuraram ser informados antecipadamente do que o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura ou o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, meu companheiro Jessé Freire, ou nenhum Senador pertencente à ARENA, iria falar, para praticar a censura prévia em seus pronunciamentos.

É por isso, Sr. Presidente, que nós, da agricultura, nós empresários rurais, acreditamos e confiamos no Governo e temos certeza de que as medidas deste Governo são certas; podem ter pequenas distorções, mas é um Governo que aceita sugestões, não é como os governos anteriores a 1964, que faziam os tabelamentos sem ao menos ouvir ou permitir que qualquer representante de classe ponderasse qualquer parcela que justificasse os interesses da sua classe.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Sarney — Helvidio Nunes — Milton Cabral — Wilson Campos — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Heitor Dias — Ruy Santos — Amaral Peixoto — Bejnamin Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — José Augusto — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Saldanha Derzi — Mattos Leão — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes:

Brasília, em 3 de agosto de 1972
Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Milton Cabral, por se encontrar ausente, pelo Nobre Senhor Senador José Lindoso na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 41, de 1972 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

Brasília, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Arnon de Mello, por se encontrar ausente, pelo Nobre Senhor Senador Luiz Cavalcanti na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 41, de 1972 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

Brasília, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Augusto Franco, pelo Nobre Senhor Senador Alexandre Costa na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 41, de 1972 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Senador Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

Brasília, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Ruy Santos, por se encontrar ausente, pelo Nobre Senhor Senador Antônio Fernandes na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 41, de 1972 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Senador Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

Brasília, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Virgílio Távora pelo nobre Senhor Senador Fernando Corrêa na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 41, de 1972 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Se-**

nador Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.

Brasília, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Paulo Guerra pelo nobre Senhor Senador João Cleofas na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 41, de 1972 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

Brasília, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador José Guimard, por se encontrar ausente, pelo nobre Senhor Senador Flávio Britto na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 40/72 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

Brasília, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Eurico Rezende, por se encontrar ausente, pelo nobre Senhor Senador Renato Franco na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 40/72 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

Brasília, em 3 de agosto de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Waldemar Alcântara, por se encontrar ausente, pelo nobre Senhor Senador Lenoir Vargas na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 40/72 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Antônio Carlos, Vice-Líder da ARENA.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Os pedidos de substituição que acabam de ser lidos serão atendidos.

Sobre a mesa, requerimento que val ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 87, de 1972

Devendo realizar-se de 7 a 12 do corrente mês, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, o Congresso de Prefeitos, requeiro, na forma regimental, seja designada uma Comissão de Senadores para representar o Senado Federal naquele conclave.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1972. — Senador João Calmon.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o disposto no § 1.º do art. 68 do Regimento Interno, esse Requerimento deverá figurar na Ordem do Dia da Sessão Ordinária seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Encerrado o período do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 31, de 1972, de autoria do Sr. Senador Ney Braga, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do Exmo. Sr. Ministro Júlio Barata, de exaltação a Tiradentes, proferido em Ouro Preto, em 21 de abril do corrente ano, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 231, de 1972, da Comissão — **Diretora.**

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1972 (n.º 55-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova o Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília a 1.º de dezembro de 1971, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 183, 184 e 185, de 1972, das Comissões:

- de Relações Exteriores;
- de Educação e Cultura; e
- de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 11, de 1972

(N.º 55-B/72, na Câmara dos Deputados)

Aprova o Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília a 1.º de dezembro de 1971.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília a 1.º de dezembro de 1971.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o dia do Sr. Presidente da República, ontem, foi marcado por um acontecimento muito grato a quem, desde cedo, se debruçou sobre o assunto. Tive oportunidade de ocupar esta tribuna, ainda no primeiro semestre deste ano, para focalizar o problema, e vejo que, ontem, o Sr. Presidente da República recebeu, no Palácio do Planalto, uma comissão de componentes das classes empresariais que ali o foram convidar para estar presente à realização do I Encontro Nacional das Classes Empresariais para Estudo sobre o Problema do Menor.

Ora, Sr. Presidente, nenhum problema deve merecer a atenção mais devotada do Congresso Nacional do que o do menor, o da criança.

Isto mesmo disse eu, assim que ingressei no Congresso Nacional, em 1947. Folgo, portanto, em registrar que, no dia de ontem, chegou ao Senhor Presidente da República esse apelo — não a voz do modesto Líder da Oposição, que se perdeu no noticiário dos jornais, mas a convocação das classes empresariais que compreenderam ser de seu dever reunir-se para, juntas, elaborarem um trabalho, um plano em defesa do menor, do homem do futuro.

Esse marco, Sr. Presidente, deve ter caracterizado, ontem, o dia do Senhor Presidente da República. Foi um dia feliz para S. Ex.ª e, certamente, para todos aqueles que, em todos os quadrantes do Brasil, se interessam pela sorte do Brasil de amanhã. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — (Pronuncia o seguinte discurso. Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedimos a palavra para fazer um registro da mais alta importância e da maior repercussão para o Estado de Goiás. Chegamos, ainda há pouco, da Capital do meu Estado, eu e o Senador Benedito Ferreira, e lá tivemos a satisfação de assistir, com a presença de Suas Ex.ªs o Sr. Costa Cavalcanti, Ministro do Interior, Mário Machado de Lemos, Ministro da Saúde, Rubens Costa, Presidente do BNH, e do Sr. Governador Leonino Caiado, à assinatura do convênio entre o Estado de Goiás e o Plano Nacional do Saneamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Plano Nacional do Saneamento, arrojada, magnífica e extraordinária iniciativa do Banco Nacional da Habitação, visa, até o fim da presente década, dar condições de salubridade e saúde do homem brasileiro, através do saneamento básico de pelo menos 80% da população urbana do Brasil. E alcançou agora Goiás, num convênio que orça à casa dos 220 milhões de cruzeiros, e cujo objetivo é atingir à totalidade dos municípios goianos. Sr. Presidente, Srs. Senadores, 221 municípios goianos serão beneficiados com a assinatura do convênio, hoje, pela manhã, no Palácio das Esmeraldas, na Capital do meu Estado. Já a esta altura, o Plano Nacional do Saneamento firmou convênios com os Estados da Bahia, do Maranhão, de Santa Catarina, de Pernambuco, Sergipe, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraná, Amazonas, Rio de Janeiro, e está ultimando contactos

no sentido de ser assinado idêntico convênio com o Estado de São Paulo.

Por esse motivo, manifesto minha satisfação, meu contentamento ante essa extraordinária iniciativa do Banco Nacional da Habitação. Esse Banco, tantas e tantas vezes criticado nesta e em outras Casas legislativas, e tantas vezes apresentado como instituição que leva o País à bancarrota e o povo à falência, na verdade, esse Banco Nacional da Habitação, com os recursos que obteve do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, está agora a serviço do homem, a quem o Governo do Presidente Médici vê como meta básica e final do seu governo, para criar as condições do Brasil grande de amanhã.

Penso que V. Ex.ª, nobre Senador Nelson Carneiro, está aguardando momento para solicitar aparte. Concedo logo aparte a V. Ex.ª

O Sr. Nelson Carneiro — Não! V. Ex.ª é que está me provocando para um aparte. Mas o aparte que vou dar nada tem a ver com casas, essas casas bonitas que V. Ex.ª imagina.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Muito obrigado pela adivinhação de V. Ex.ª

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.ª está voltando de Goiás. Li, nos jornais de hoje, uma proclamação do Presidente Ulysses Guimarães sobre prisões efetuadas em Goiânia e em Anápolis, envolvendo homens públicos — Presidente de Câmara, Secretários, etc. Pediria, então — já que V. Ex.ª me convida para um aparte — que se manifestasse se tem algum esclarecimento a prestar àqueles que, pertencentes ao MDB estão ansiosos por saber os destinos desses correligionários. Talvez eles não estejam nessas casas do Banco Nacional da Habitação; mas pode ser que V. Ex.ª, que andou visitando o seu glorioso Estado, tenha sabido, no Palácio das Esmeraldas, onde estão esses bandeirantes. Quem sabe?! Veja V. Ex.ª que meu interesse não era apartear-lo; apenas ouvia, encantado, a oração de V. Ex.ª.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite-me o nobre orador uma intervenção?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Pois não, Senador!

O Sr. Benedito Ferreira — Tentarei dar a informação solicitada pelo Senador Nelson Carneiro.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Serão naturalmente melhores que as minhas.

O Sr. Benedito Ferreira — Preliminarmente, quero esclarecer ao nobre Senador Nelson Carneiro que os cidadãos presos não devem ser quali-

ficados como correligionários de S. Ex.^a, vez que foram presos pela Polícia Federal para ser ouvidos, em virtude de atividades subversivas por eles praticadas. E não concebo que seja o MDB abrigo de subversivos. Não entendo que esses elementos, presos por subversão, sejam necessariamente correligionários de S. Ex.^a

O Sr. Nelson Carneiro — As pessoas presas, o Presidente da Câmara Municipal e os Secretários, que V. Ex.^a acusa de subversivos, não foram ouvidos, nem julgados para que V. Ex.^a conclua serem subversivos. E quantos estiveram presos como subversivos e foram afinal absolvidos pela Justiça porque nenhum crime lhes foi atribuído! Por que V. Ex.^a, antes mesmo que se saiba o destino desses homens; antes mesmo que suas famílias saibam onde eles se encontram presos; antes mesmo de eles serem ouvidos e de constituírem advogados; antes mesmo que compareçam perante os tribunais — pergunto — por que V. Ex.^a já os chama de subversivos?

O Sr. Benedito Ferreira — Ou eu não me fiz entender, ou V. Ex.^a não me quer entender. Em verdade, o que afirmei foi que preferia entender que os indivíduos presos, acusados de subversivos ou para responder por subversão, não seriam correligionários de V. Ex.^a Quanto às razões, que V. Ex.^a indaga, por que foram presos, eu as dei. Mas, Sr. Senador Osires Teixeira, não quero prolongar este aparte. Apenas corroborando o pronunciamento de V. Ex.^a, nessa mensagem de otimismo que interessa ao povo brasileiro, quero lembrar que o Banco Mundial, cerca de dois anos atrás, ou menos, negou-se a propiciar recursos para execução do Plano de Saneamento Básico do Brasil. No entanto, recentemente, quando da sua viagem a Estocolmo, teve o Ministro Costa Cavalcanti oportunidade de realizar novos contatos com os dirigentes do Banco Mundial, os quais, após estudarem o PLANASA, propuseram conseguir recursos para a entidade no próximo exercício financeiro, caso o Governo brasileiro tenha nisto interesse. Ressalto que, já a esta altura, é o Banco Mundial, por sua própria iniciativa, que nos oferece recursos para a execução do gigantesco plano de dar água tratada a 80% da população brasileira. Outra informação me parece válida para que se tenha idéia e se possa dimensionar a importância do PLANASA: é que a Organização das Nações Unidas recolheu todas as informações, todos os dados para que o PLANASA possa, como paradigma, servir de modelo — enfatizo — para a grande maioria dos países que têm problemas de abastecimento de água, pro-

blemas de saneamento básico, a fim de que possam aproveitar a experiência brasileira. Isto porque entendeu a Organização Mundial de Saúde, vinculada à Organização das Nações Unidas, que o PLANASA é realmente um plano extraordinário que merece não só o seu apoio mas sobretudo ser aplicado por seus próprios órgãos, em outros países. Vê, V. Ex.^a, assiste a Nação, o povo brasileiro, ao que é a conjugação de esforços, o trabalho de equipe, quando apresentamos esse somatório — o Ministério do Interior, através do seu organismo financeiro principal, o BNH, e o Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação SESP, enfim, esse trabalho de equipe que, como já anunciou V. Ex.^a, tem convênio firmado em 14 Estados e, possivelmente, se Deus quiser, em poucos dias, estará abrangendo todas as Unidades da federação para dar água, como nós, goianos, acabamos de conseguir, a curto prazo, para 80% da população urbana. Eram estas as palavras que queria inserir no discurso de V. Ex.^a Muito obrigado.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Agradeço ao eminente Senador os valiosos subsídios que traz ao registro que estamos fazendo na tarde de hoje. E acrescento: felicito-me, porque V. Ex.^a veio em meu socorro, para responder ao aparte do eminente Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, eis que, para responder a S. Ex.^a, que está cioso das razões que determinaram as prisões de não sei quem — já que S. Ex.^a não afirmou quem teria sido preso — terei imensa satisfação de prestar, dentro das limitações que tenho, as informações sobre as prisões verificadas não só em Goiás como na Bahia, no Espírito Santo e em qualquer Estado da federação. Para isso, vou tentar carrear as razões determinantes de todas as prisões para que, se eventualmente S. Ex.^a pretender assumir a paternidade da defesa dos implicados, já tenho alguma informação valiosa. Mas, se não respondi a S. Ex.^a foi porque estávamos e estamos nesta tribuna para um registro de otimismo de um plano que classificamos de arrojado, do Governo Federal, através do Banco Nacional da Habitação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, se anunciamos à Nação inteira a felicidade do povo goiano, que, desde tempos imemoriais, conseguiu tão somente abastecimento de água para pouco mais de 200.000 dos seus 3.000.000 de habitantes e se se informa que, com recursos fartos e uma técnica perfeita, haverá possibilidade de, até o fim da década, dar condições de abastecimento de água, de saneamento e de esgotos para perto de 2.000.000 de habitantes, é de se anunciar também, para o País, a cer-

teza de que vivemos num regime de trabalho, a certeza de que temos um Governo que pretende criar condições para o desenvolvimento do Brasil, enfim, que vivemos sob a administração de um estadista cuja meta fundamental e básica é o Homem. E será, sem dúvida nenhuma, com obras do vulto do Plano Nacional de Saneamento e daquelas que está realizando o Banco Nacional da Habitação, no financiamento às estruturas industriais, que construiremos um grande Brasil, o grande Brasil de amanhã, e não levantando meras hipóteses sobre um ou outro que tenha sido preso, para dizer: que Governo é este que não explica por que prende? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Lembro aos Srs. Senadores que, amanhã, dia 4 de agosto, às 11 horas e 30 minutos realizar-se-á no Palácio Buriti, a cerimônia de recepção dos restos mortais de S. Majestade Imperial Dom Pedro I.

Esta Presidência tem a honra de transmitir aos Srs. Senadores convite de S. Ex.^a o Sr. Governador do Distrito Federal, Coronel Hélio Prates da Silveira, para que compareçam àquela solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Nada mais havendo que tratar, designo para sessão ordinária de amanhã, dia 4 de agosto, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO N.º 87, DE 1972

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 87, de 1972, de autoria do Sr. Senador João Calmon, solicitando seja designada uma Comissão para representar o Senado no Congresso de Prefeitos, a realizar-se em Guarapari, Estado do Espírito Santo, no período de 7 a 12 do corrente mês.

2

Redação Final

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17, DE 1972

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 186, de 1972), do Projeto de Resolução n.º 17, de 1972, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos artigos 1.º, 6.º e 8.º da Resolução n.º 1.187, de 4 de dezembro de 1968, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 20 minutos.)

DISCURSO DO EXMO. SR. MINISTRO JÚLIO BARATA, DE EXALTAÇÃO A TIRADENTES, PROFERIDO EM OURO PRETO, EM 21 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 31/72, DE AUTORIA DO SENADOR NEY BRAGA, APROVADO NA SESSÃO DE 3-8-72.

Ouro Preto, 21 de abril de 1972

EXALTAÇÃO A TIRADENTES

Na liturgia desta hora, não cabe um discurso. Nossa postura é de contemplação, é de prece, é de juramento. Contemplamos para admirar, rezamos para ganhar alento, juramos para firmar um compromisso.

Como na mágica visão do "Romanheiro da Inconfidência", vemos "nos campos sem fim que o sonho corta, uma forma no ar subir serena: vaga forma, do tempo desprendida: É a mão do Alferes, que de longe acena".

Cento e oitenta anos vencidos, sobre o chão sagrado de Vila Rica, ei-lo redivivo, a nos lembrar que tudo começou com ele.

Sim, Alferes da eterna cavalaria, na epopéia de nossa redenção, a estrofe inaugural nós a devemos a ti, Protomártir imortal.

Teu gesto estremece a vida de um povo, rasga a página velha da colônia, lança na ribalta de um mundo novo uma nova nação.

De teu corpo esquartejado se faz o cimento de nossa história. De tua coragem precursora brotou a alma de uma raça.

A corda, que te sufocou a voz e a vida foi o traço de união entre a fé, que nos embalou o berço, e a força, que afastou o invasor — entre o pávido crucifixo de Anchieta e o sabre rútilo de Caxias.

Só, divinamente só, na humilhação do patíbulo, esperaste de pé, como as sentinelas do Salmista, a aurora do Sete de Setembro.

Tua sombra luminosa se estendeu, como espaço vivo entre a semente e o fruto, do cimo destas alterosas montanhas às margens plácidas do Ipiranga.

Tua mortalha de condenado foi bandeira de vitória em Itororó e em Lomas Valentinas; palpitou, em frêmitos de trágica beleza, sobre as águas do Riachuelo e fincou-se, ao fragor da luta, que, há dois séculos, era a tua luta, nos campos da Europa, sobre o dorso dos Apeninos.

Como um cálice humano, erguido sobre o altar do supremo holocausto, foste para todos nós propiciação e glória, o antenúncio do apostolado de Rui e de Bilac, do grito condoreiro de Castro Alves e do verbo de fogo de Patrocínio. E revivias, por certo, em chispas de bravura e de esperança, na retina dos heróis de Pirajá e no rouco clamor da Tróia negra dos Palmares. As gotas de teu sangue marcaram as fronteiras de nossa liberdade, para que a mão genial de Rio Branco traçasse no mapa da América os contornos do país-continente.

Ensinaste-nos a virilidade da soberania, o orgulho da autodeterminação, o senso grave da ordem, a religião do progresso, a mística da lei e da justiça.

A liberdade, ainda que tarde para o teu anseio, chegou afinal e, à luz de teu exemplo, ao calor de tuas profecias, José Bonifácio, o Patriarca da Independência, pôde cantar nosso encontro com o destino: "Qual a palmeira, que domina, ufana, os altos topos da floresta espessa, tal bem presto há de ser no Mundo Novo o Brasil bem fadado".

É por isso que estamos aqui, contritos e de mãos postas, para pedir ao Deus de teu amor e de tua fé que santifique, eleve e fortaleça a grande Pátria, pela qual soubeste viver e morrer.

Para que o Brasil seja digno de teu sonho e de teu sangue, veja por

nós e planta em cada coração de brasileiro tua palavra libertadora.

Para que sejamos fiéis a teu ideal e cumpramos, pelos séculos afora, a missão que nos deste, queremos que o poder seja sempre magistratura; que a espada, como em 64, se erga sempre em continência à lei e à ordem; que a política seja filha da moral e da razão; que a fé não deserte das igrejas nem desminta o Evangelho; que a família floresça na honra e no mútuo amor; que a juventude seja entusiasmada e esperança, nunca violência e desordem; que o trabalho seja fecundidade e riqueza para todos e não apenas alguns; que a justiça social, inscrita em teu programa, seja a equânime distribuição dos frutos do progresso; que nossa presença no mundo seja a mensagem viva da paz, da fraternidade, da devoção a um regime que dê a cada um o que é seu e valorize a pessoa humana numa sociedade aberta, livre e democrática.

Recordando este credo, que é o teu credo e foi a razão de teu martírio, juramos fazer pairar, por todo o sempre, sobre a imensa nação, que começaste a construir, tua imagem hierática e triunfal, epifania de nossa grandeza presente e futura.

Alferes sublime, orago maior entre os nossos deuses lares, dos páramos de tua eternidade e dos píncaros de tua glória, és e serás para sempre a glória e a eternidade da Pátria brasileira.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

De ordem do Senhor Presidente, convoco a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se terça-feira, dia 8 do mês em curso, às quinze horas, na sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. (as.) A. Lazary Guedes, Secretário-Geral.

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1.º-Vice-Presidente:	1.º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Ruy Santos (ARENA — BA)
2.º-Vice-Presidente:	2.º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
1.º-Secretário:	3.º-Suplente:	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2.º-Secretário:	4.º-Suplente:	Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
3.º-Secretário:		Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Guido Mondin (ARENA — RS)		LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
		Líder:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

SUPLENTE**ARENA**

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTE**ARENA**

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

SUPLENTE**ARENA**

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

SUPLENTE**ARENA**

Paulo Tórres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Calado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tórres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guimard
Milton Trindade	
Domício Gondim	
Orlando Zancaner	

MDB

Benjamin Farah Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
José Augusto	

MDB

Danton Jobim Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castello-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

MDB

Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castello-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

MDB

Adalberto Sena Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Paulo Tôrres
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Britto
Vasconcelos Torres

Alexandre Costa
Orlando Zancaner
Milton Trindade

MDB

Benjamin Farah Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
— (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Oslres Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.
Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) **Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.**
- 2) **Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.**
- 3) **Comissões Especiais e de Inquérito.**
- 4) **Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).**

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e Impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

“Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências.”

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

“Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências.”

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20